



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PRESIDENTE DUTRA - CESPD
CURSO DE LICENCIATURA LETRAS

JAYMARA FARIAS ARAUJO

**RAÇA E CLASSE NA ANÁLISE DE REPRESENTAÇÕES FEMININAS EM "O
CORTIÇO" DE ALUÍSIO AZEVEDO: *BERTOLEZA E ZULMIRA***

Presidente Dutra - MA
2020

JAYMARA FARIAS ARAUJO

**RAÇA E CLASSE NA ANÁLISE DE REPRESENTAÇÕES FEMININAS EM
"O CORTIÇO" DE ALUÍSIO AZEVEDO: *BERTOLEZA E ZULMIRA***

Monografia apresentada ao Curso de Letras Português da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, Centro de Estudos Superiores de Presidente Dutra/CESPD como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Me. Jonh Jefferson do Nascimento Alves.

Presidente Dutra - MA
2020

Araújo, Jaymara Farias.

Raça e classe na análise de representações femininas em O Cortiço, de Aluízio Azevedo: Bertoleza e Zulmira / Jaymara Farias Araújo. – Presidente Dutra, MA, 2020.

46 f

Monografia (Graduação) – Curso de Letras, Centro de Estudos Superiores de Presidente Dutra, Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

Orientador: Prof. Me. John Jefferson do Nascimento Alves.

1.Interseccionalidade. 2.Gênero. 3.Heterogeneidade. I.Título.

CDU: 821.134.3(812.1). 09

JAYMARA FARIAS ARAUJO

**RAÇA E CLASSE NA ANÁLISE DE REPRESENTAÇÕES FEMININAS EM "O
CORTIÇO" DE ALUÍSIO AZEVEDO: *BERTOLEZA E ZULMIRA***

APROVADA EM: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Professor Orientador
Jonh Jefferson do Nascimento Alves
Mestre em Letras – UERN / Doutorando em Letras - UFAL

EXAMINADOR 1

EXAMINADOR 2

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, amigos e professores que contribuíram direta ou indiretamente para a minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram no decorrer desta jornada, em especialmente:
A Deus, a quem devo tudo que sou.
A minha querida e preciosa família que sempre me incentivou e apoiou nos estudos.
Ao meu querido esposo Kaic Alves Braga.
À minha muito estimada professora Eliana Pereira de Carvalho que muito contribuiu para a minha formação acadêmica.
Aos amigos: Francielda Santana, Patrícia Lima, Joyce Lima e Mateus Sousa.
Aos professores que me motivaram e acreditaram em mim.
Ao orientador Prof. Jonh Jefferson do Nascimento Alves pela orientação da monografia

*“Feliz aquele que transfere o que se
aprende o que ensina.”*

Cora Coralina

RESUMO

O presente trabalho visa analisar a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, presente na obra *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, com ênfase nas personagens Bertoleza e Zulmira. A reflexão se debruça sobre a condição feminina no século XIX e as desigualdades advindas da intersecção entre raça e classe, haja vista que a condição da mulher no romance reforça a ideia de que não existe uma categoria homogênea de mulher, mas que as experiências de gênero vivenciadas pelo pelas figuras femininas são diferenciadas umas das outras. Nesse sentido, as personagens Bertoleza e Zulmira partem de condições diferentes para representar a heterogeneidade da classe feminina.

Palavras-chave: Interseccionalidade, gênero, heterogeneidade.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the intersectionality between gender, race and class, present in the work *O Cortiço*, by Aluísio Azevedo, with emphasis on the characters Bertoleza and Zulmira. The reflection focuses on the female condition in the 19th century and the inequalities arising from the intersection between race and class, given that the condition of women in the novel reinforces the idea that there is no homogeneous category of women, but that gender experiences experienced by female figures are differentiated from each other. In this sense, the characters Bertoleza and Zulmira start from different conditions to represent the heterogeneity of the female class.

Keywords: intersectionality, gender, heterogeneity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1

Discriminação de gênero e raça

35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A MULHER NO SÉCULO XIX.....	12

2.1 A mulher no contexto sócio-histórico do século XIX: sistema patriarcal x feminismo...	16
2.2 A representação da mulher na literatura.....	21
3 AS RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA SOCIEDADE E NA LITERATURA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX.....	25
3.1 O contexto sócio-histórico de <i>o cortiço</i> : os espaços demarcados.....	25
3.2 Aluísio de Azevedo: vida, obra e estética literária.....	28
3.3 Bertoleza e Zulmira: as representações da mulher negra e da mulher branca.....	33
4 CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a representação da figura feminina na obra *O Cortiço* de Aluísio Azevedo, com ênfase em duas personagens: Bertoleza e Zulmira, as quais, segundo os estudos de gêneros sobre interseccionalidade, vivenciam o ser mulher de forma distinta, tendo em vista a questão da raça e classe como ponto de partida para essa desigualdade.

Nesse sentido, propomo-nos a uma discussão sobre como a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, no romance *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, atua na representação das personagens Bertoleza e Zulmira para caracterizar o sistema de opressão e dominação patriarcal existente no Brasil do século XIX, retratado no romance do escritor maranhense.

Para tal, os escritos sobre interseccionalidade entre gênero, raça e classe tornam-se de fundamental importância, haja vista que mostram o quanto a categoria mulher não é universal. Logo, cabe discutir e questionar as estruturas culturais erguidas para perpetuar a discriminação sofrida pela figura feminina.

Dessa forma, optou-se pela temática tendo em vista a compreensão de que a literatura, enquanto reflexo da realidade, pode contribuir para denunciar ou reforçar as cisheteronormatividades, ou seja, os padrões, visto que, a maioria dos escritos literários são realizados por uma figura masculina.

Destarte, é importante a compreensão de que mulheres partem de locais diferentes e vivenciam sua experiência de ser mulher de formas distintas principalmente, se levarmos em consideração a questão da raça e da classe. Diante disso, faz-se mister argumentar contra esses parâmetros instituído para que seja construída uma sociedade mais igualitária.

Para cumprir com o objetivo proposto, o presente trabalho foi elaborado mediante pesquisa bibliográfica na qual foi recolhida literatura de renomados autores referente à temática. Autores como Djamila Ribeiro, Safiotti Heleith (1987), Angela Davis (2016), Carla Akotinere (2019) e Mary Del Priore (2011). A pesquisa fomenta ainda um caráter qualitativo uma vez que considera a parte subjetiva do problema, ou seja, analisa situações que não podem ser definidas numericamente.

2 A MULHER NO SÉCULO XIX

Inicialmente faremos uma breve discussão sobre a condição feminina no século XIX ao que se refere à mulher burguesa e à mulher proletária, visto que a categoria mulher é muito diversificada e torna-se praticamente impossível falar de gênero feminino sem mencionar raça e classe. Para tanto, o pensamento ocidental sobre o feminino terá como foco, principalmente o Rio de Janeiro, no Brasil, cenário fictício da obra aqui analisada, *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo.

O novo cenário de modernização do Rio de Janeiro, que iniciou no fim do século XIX e início do século XX, propunha tornar a metrópole mais civilizada, nos moldes parisienses. Dentro desse contexto, as classes menos favorecidas foram as mais prejudicadas, pois eram vistas como entrave para esse “progresso social”. Para Maria Ângela D’Incao (2004)

Juntamente com essa transformação física da cidade, surgem novas atitudes em relação às pessoas e situações. A proposta era ser “civilizado”, como o eram os franceses e os europeus em geral. Desse modo, toda sorte de expressões de relações sociais locais que não fossem consideradas civilizadas eram combatidas pela imprensa e proibidas por lei. As reuniões tradicionais, ou festas de grupos ou comunidades, e até mesmo a serenata ou boêmia sofreram restrições. [...] a pobreza tornou-se um problema para a capital e não era mais tolerada no centro da cidade; campanhas da imprensa procuraram eliminar pessoas ou grupos marginais do centro da área urbana. (D’INCAO, 2004, p. 236)

As novas formas de convivência social, possibilitada pelo surgimento da burguesia e pelo surgimento de uma nova mentalidade burguesa, trouxe uma novidade na concepção de vida familiar. A mulher da elite torna-se participante dos acontecimentos da vida social, assim como, dos bailes, festas e jantares. Porém, era vigiada constantemente pelo marido, filhos e pela sociedade, a fim de que não cometesse algum desvio que colocasse em cheque o nome de sua família, “em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo”. (PERROT, 2014, p. 17).

O casamento, único destino socialmente aceito para mulher, era uma maneira de ascensão social ou forma de manutenção do *status* familiar. À mulher burguesa, cabia garantir a mobilidade social da família por meio de seu comportamento em todo e qualquer momento.

Da esposa do rico comerciante ou do profissional liberal, do grande proprietário investidor ou do alto funcionário do governo; enfim, das mulheres passa a depender também o sucesso da família, quer em manter seu

elevado nível e prestígio social já existente, quer em empurrar o status do grupo familiar mais e mais para cima. (D' ANCIÃO, 2012, n/p).

Para a mulher popular, a união legal não era uma prática preponderante, visto que a condição econômica muitas vezes não permitia ao casal gozar de tal realização, e, além disso, muito pesava a questão burocrática. O desinteresse predominante nas classes populares quanto à questão do casamento se faz presente no romance, através da fala de Rita: “Casar? Protestou a Rita. Nessa não cai a filha de meu pai! Casar! Livra! Para quê? Para arranjar cativeiro? Um marido é pior que o diabo; pensa logo que a gente é escrava! Nada! Qual! Deus te livre” (AZEVEDO, 2018, p.49).

Segundo Soihet (2004):

No Brasil do século XIX, o casamento era boa opção para uma parcela ínfima da população que procurava unir os interesses da elite branca. O alto custo das despesas matrimoniais era um dos fatores que levavam as camadas mais pobres da população a viver em regime de concubinato. (SOIHET, 2004 p. 368)

O sistema de concubinato, conforme menciona Soihet (2004), contribuía para a invisibilização das mulheres brancas, que abandonavam o sobrenome da família e utilizava apenas o nome. Provando a ideia de que a noção de vida familiar era um ideal burguês e estava muito distante da realidade da maior parte das mulheres. Consoante Soihet (2004):

A vida familiar destinava-se, especialmente, às mulheres das camadas mais elevadas da sociedade, para as quais se fomentavam as aspirações ao casamento e filhos, cabendo-lhes desempenhar um papel tradicional e restrito. (SOIHET, 2004, p. 368)

Na questão econômica ou no que se refere ao campo econômico, a situação era bem discrepante entre as classes, dado que a maior parte dos estereótipos vigentes que norteavam a relação homem/mulher não se aplicava *in totum* às mulheres de classe menos favorecidas. O trabalho, por exemplo, sempre fez parte da vida de tais figuras e isso lhes proporcionavam certo ar de autonomia em relação ao marido, ao mesmo tempo em que estabelecia uma relação de maior ‘igualdade’ entre os amantes.

O processo de industrialização/urbanização do Rio de Janeiro e a construção dos cortiços trouxeram novas oportunidades de empregos a essas mulheres, porém, nada que fosse desvinculado do âmbito doméstico, ou seja, um trabalho como extensão da casa. Conforme dito por Perrot (2016) O caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona-de-casa. O romance *O cortiço*, de Aluísio Azevedo ilustra muito bem essa realidade:

Montara-se uma fábrica de massas italianas e outra de velas [...] graças à abundância da água que lá havia, como em nenhuma outra parte, e graças ao muito espaço de que se dispunha no cortiço para estender a roupa, a concorrência às tinas não se fez esperar; *acudiram lavadeiras de todos os pontos da cidade, entre elas algumas vindas de bem longe.* (AZEVEDO, 2018, p. 16, grifo nosso).

Essas mulheres, não muito diferente das de nossa contemporaneidade, sofriam dupla jornada, porque ao chegar em casa recolhia para si a responsabilidade do lar. Algumas outras, acarvam com a dura responsabilidade de cuidar sozinha dos filhos, como ilustra Azevedo com a personagem Leandra, alcunha machona, a qual era viúva ou desquitada, conforme coloca o autor, e cuidava de dois filhos.

A primeira que se pôs a lavar foi Leandra, por alcunha a “Machona”, portuguesa feroz, berradora, pulsos cabeludos e grossos, anca de animal do campo. Tinha duas filhas, uma casada e separada do marido, Ana das Dores [...] e ainda outra donzela ainda, Nenem, e mais um filho [...]. Ninguém ali sabia se a Machona era viúva ou desquitada; os filhos não se pareciam uns com os outros. (AZEVEDO, 2016, p. 27)

Diferentemente de tal realidade supracitada, a mulher de elite desempenha restritos papéis dentro do lar, o cuidar da educação dos filhos é o principal deles. Ao homem burguês cabia a responsabilidade de ser o mantenedor da família e, portanto, a figura central dessa instituição, a quem cabia as decisões e vontades.

No âmbito educacional, em pleno desenvolvimento de várias teorias, dentre elas o Positivismo, de Augusto Comte, começou-se a discutir a importância da emancipação feminina, por meio da educação, para o progresso social. Tendo em Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, o pioneirismo na luta pelos direitos femininos, principalmente no quesito à instrução.

A “educação da agulha”, voltada para o ensino de prendas domésticas, ainda era, em pleno fim de século XIX, em sua maioria, o ideal de educação para mulher. Poucas escolas ofereciam o ensino secundário, e quando o faziam, a demanda era muito pouca. O pensamento de que a intelectualidade cabia ao homem estava muito arraigada na sociedade, à mulher era destinado, de forma mais aceitável, apenas o ensino primário e o desenvolvimento das habilidades manuais, como costurar, cozinhar, tricotar, etc.

As jovens de posse tinham o privilégio de aprender em casa com professores particulares, enquanto as menos favorecidas podiam frequentar a escola pública, mas sem muita esperança de ascensão social, dado que, os espaços para a atuação da figura feminina estavam bem definidos.

A educação para a figura feminina na segunda metade do século XIX, e isso se refere majoritariamente à mulher de posse, tinha como objetivo prepará-la para desempenhar o papel de uma boa esposa, mãe e dona de casa. Conforme afirma Constância Lima Duarte (2010),

Era preciso, apenas, torná-la consciente de suas responsabilidades e, sobretudo, plenamente realizada e esquecida de que poderia pretender um pouco mais. Dentro desse raciocínio, as mulheres deviam estudar não por elas próprias, mas para que melhor exercessem seus papéis previamente estipulados, isto é, servir a outros. (DUARTE, 2010, p. 151)

Nesse sentido, apesar de algumas mudanças na sociedade do Rio de Janeiro, no século XIX, o papel da mulher, burguesa e popular, continuava permeado por uma série de preconceitos e limitações, devido ao tradicionalismo social e, sobretudo, ao patriarcado legitimado pelas instituições mais poderosas da época, igreja e Estado.

A dominação masculina, conforme define o sociólogo Pierre Bourdieu, resulta de um processo de imposição por meio do que ele define por violência simbólica, ou seja, uma forma de dominação através das sutilezas dos discursos o qual é exercido pelas vias simbólicas de comunicação e de conhecimento.

Muitos discursos masculinos ecoaram ao longo da história e foram legitimados por quem detinha o poder, o que contribuiu para a construção arbitrária de uma figura feminina inferior ao sexo masculino e a naturalização de atitudes preconceituosas e ostracistas, pensamento que já vinha de longas datas como mostra Beauvoir (1970),

‘A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades’, diz Aristóteles. ‘Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de

certa deficiência natural [...]. Hegel estima que os dois sexos devem ser diferentes: um será ativo e o outro passivo e naturalmente a passividade caberá à fêmea. O homem é assim, em consequência dessa diferenciação, o princípio ativo, enquanto a mulher é o princípio passivo porque permanece dentro da sua unidade não desenvolvida. (BEAUVIOR, 1970, p. 10 e 30)

A igreja, Instituição religiosa e política, estará, até a proclamação da República brasileira, abraçada aos pensamentos do Filósofo Medieval São Tomás de Aquino de que a mulher consistia em um ser incompleto, ocasional. Em face disso, legitima o patriarcado, a supremacia do homem, e a submissão feminina.

2.1 A mulher no contexto socio-histórico do século XIX: sistema patriarcal x feminismos

Da Antiguidade até os três últimos séculos, quando as mulheres, de forma coletiva ou grupal, reivindicaram uma igualdade de direitos sociais, políticos e econômicos, a história da humanidade, ou pelo menos mais especificamente do mundo ocidental, foi narrada sob o ponto de vista do masculino. Todavia, não deixaram de se sobressair nessas narrativas essencialistas a presença de mulheres marcantes como Helena de Tróia (Grécia), Cleópatra (Egito), Joana D'Arc (França), Elisabeth I (Inglaterra), Carlota Joaquina (Portugal), Nzinga Mbande Cakombe (Angola), Dandara (Brasil) e Maria Bonita (Brasil), provando assim que, de uma forma ou de outra, de um canto a outro do mundo, as mulheres sempre souberam reivindicar seu direito de fala.

Antes mesmo de o feminismo eclodir, nos Estados Unidos e na Inglaterra, como movimento organizado na segunda metade do século XIX, algumas vozes femininas de contestação já se ouviam falar. Eram as vozes da inglesa Mary Astell, que escreve, em 1730, o documento *Some reflections upon marriage*; da francesa Marie Olympe Gouges, da França, que apresenta à Assembleia Nacional, em 1791, a *Declaration des droits de la femme et de la citoyenne* e da também inglesa Mary Wollstonecraft, que, em 1792, escreve *A vindication of the rights of woman* (ZOLIN, 2005).

A segunda metade do século XIX assinala a entrada do feminismo como movimento, embora não possamos falar em feminismo no singular, devido à diversidade de organizações e posicionamentos teóricos dos movimentos feministas que se colocaram no percurso da luta das mulheres por igualdade e representação. Isso se deve a vários fatores que incluem, acima

de tudo, aspectos hegemônicos que convergem para as dicotomias emblemáticas europeu x não-europeu, branco x negro e elite x proletariado.

As primeiras reivindicações das mulheres partem da insatisfação destas com seu ‘destino de mulher’, condenando-as ao espaço privado da casa e às atividades domésticas e familiares que incluíam atender a todas as necessidades requisitadas pelo marido e pelos filhos. Nasce o desejo de uma emancipação feminina que supostamente viria com o sufrágio e uma legislação que equiparasse homem e mulher. Nessa vertente feminista, muitos foram os ganhos ao longo dos séculos XIX e XX além do direito ao voto, embora o sexismo, enquanto mentalidade, ainda impere e invabilize uma igualdade de direitos plena. Um dos avanços nesse sentido diz respeito à maternidade, dando a algumas mulheres a capacidade de controlar a gravidez ou mesmo de negar a maternidade como inerente ao sexo feminino. Outro, foi o direito ao saber.

De acordo com Michelle Perrot (2012, p. 95): “Muitas mulheres desejaram o saber como a um amante”, saber que começou a ser conquistado no começo do século XX. Nessa época, segundo a autora (PERROT, 2012, p. 95), havia “um imenso esforço autodidata das mulheres, realizado através de todos os tipos de canais, nos conventos, nos castelos, nas bibliotecas”, à procura e conquista do saber. “As mulheres da elite reivindicaram muito cedo o direito à instrução” (PERROT, 2012, p. 95), quase certo pela facilidade que tinham a esse acesso, muito mais que as outras mulheres menos abonadas.

Certo é que, durante muito tempo, às mulheres foi imposto o silêncio, a clausura, a restrição, o espaço do lar e do trabalho doméstico, a educação dos filhos e o cuidado com a família. O fato histórico que veio proporcionar visibilidade à mulher foi o feminismo que, no final do século XIX, ganha repercussão, conforme Thomas Bonnici (2007, p. 86), na França e na Inglaterra. Para o autor (BONNICI, 2007, p. 86), o feminismo pode ser compreendido “como uma crença e convicção na igualdade sexual acoplada ao compromisso de erradicar qualquer dominação sexista e de transformar a sociedade”.

Stuart Hall (2011), ao falar da questão do descentramento do sujeito na pós-modernidade, cita cinco motivos para que esse descentramento, essa fragmentação do sujeito aconteça. Entre eles, o autor aponta o impacto do feminismo. Esse movimento é pontual não somente pela inserção do sujeito na conhecida *política de identidade*, mas também por ter provocado rupturas, deslocamentos significativos: questionou a clássica distinção entre o ‘dentro’ e o ‘fora’, o ‘privado’ e o ‘público’; abriu para a contestação política, arenas inteiramente novas de vida social; trouxe à baila a polêmica do gênero; incluiu na contestação

da posição social das mulheres o debate da formação das identidades sexuais e de gênero; e, problematizou a questão da diferença sexual.

Entretanto, como não podemos falar de feminismo no singular, como dissemos, também não podemos falar de mulher no singular, mas de mulheres e, nisso, outras categorias além do gênero entram em conflito. Cabe aqui ressaltarmos a questão da mulher negra na abordagem do feminismo. Nesse tocante, Soujourner Truth pode ser considerada uma pioneira no feminismo negro.

Partindo das iniciativas feministas essencialistas que competiam pela igualdade de gêneros, aos poucos foram surgindo outras vertentes ideológicas no feminino e pelo feminino (DAVID, 2009). Uma dessas vertentes diz respeito à mulher negra. Tal vertente reclama um olhar diferenciado para o feminino, tendo em vista que há aspectos que devem ser considerados ao direcionarmo-nos para a categoria mulher. Aliás, em toda e qualquer categoria de análise é necessário que façamos isso. A mulher negra possui uma identidade própria que opera diferenças em relação a outras mulheres, tendo em vista as discriminações que operam especificamente nelas e em seus corpos negros.

Davis, em *Mulheres, raça e classe* (2016), solicita a atenção para este dilema ao falar da discrepância de interesses que moviam as primeiras sufragistas dos Estados Unidos. Para a autora, o movimento dos direitos das mulheres nesse país tem sua origem nos movimentos abolicionistas, pois:

Ao longo da década de 1830, as mulheres brancas – tanto as donas de casa como as trabalhadoras – foram ativamente atraídas para o movimento abolicionista. Enquanto as operárias contribuíram com parte de seus minguados salários e organizaram bazares para arrecadar mais fundos, as de classe média se tornavam ativistas e organizadoras da campanha antiescravagista. Em 1833, quando a Sociedade Antiescravagista Feminina da Filadélfia foi criada, na esteira da convenção de fundação da Sociedade Antiescravagista Estadunidense, o número de mulheres brancas simpatizantes à causa da população negra era suficiente para estabelecer o vínculo entre os dois grupos oprimidos. (DAVIS, 2016, p. 47).

A junção dos dois grupos se dava em função do mesmo estado de escravidão e dependência em que se encontravam em relação ao ser masculino e branco. De acordo com Davis (2016, p. 46), para as feministas da época, o matrimônio era uma espécie de escravidão que se assemelhava à sofrida pela população negra. A comparação é simplista diante do genocídio que foi a escravidão tanto em relação à morte física como simbólica do povo africano escravizado e de seus descendentes, mas não deixa de ser aceitável, tendo em vista o

poder que o homem da época tinha sobre a mulher, podendo se desfazer dela, inclusive matando-a, caso lhe conviesse, sem que, com isso, pudesse sofrer punição.

No entanto, a ideologia burguesa das mulheres brancas que a constituíam, segundo Davis (2016, p. 147), não conseguiu perceber o óbvio, ou seja, o laço que unia as mulheres da classe trabalhadora e as mulheres negras a seus companheiros em função da exploração de classe e da opressão racista, que não reconheciam discriminação de sexo.

Dessa forma, fica claro que, nos movimentos pelos direitos das mulheres, a questão de gênero diversificou-se em função de inúmeros fatores que incluíam a questão de raça e classe. “As mulheres negras, é claro, eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino” e “as mulheres brancas da classe trabalhadora [...] não abraçaram a causa do sufrágio feminino com entusiasmo” (DAVIS, 2016, p. 146).

Uma coisa, no entanto, conduz esses discursos tão contraditórios, unindo em parte mulheres da classe trabalhadora e mulheres negras e divergindo amplamente entre estas e as mulheres brancas burguesas, o pensamento hegemônico europeu de supremacia racial e superioridade masculina, assim como o capitalismo industrial.

A distância que separa o discurso de *Sojourner Truth* no século XIX e o aparecimento da terceira onda feminista no início da década de 1990, quase um século e meio depois, serve para fazer refletir, sobre “a falta de visibilidade” das mulheres negras que se refere tanto a *Truth* como às inúmeras mulheres negras que vieram depois dela na luta por seus direitos.

Ribeiro (2017, p. 25) também traz a voz da feminista negra Lélia Gonzalez para abordar a questão de uma “hierarquização de saberes como produto de classificação racial da população”. Nesse aspecto, o conhecimento epistemológico reconhecido é branco e patriarcal, legitimando o racismo e o sexism como válido. Dessa forma, determina-se “quem pode falar ou não, quais vozes são legitimadas e quais não são”.

Para Gonzalez, um feminismo europeu não dá conta das “situações de mulheres negras e indígenas da América latina” (p. 25) que enfrentam e se debatem contra o racismo. É necessário “um feminismo afrolatinoamericano colocando em evidência o legado de luta, a partilha de caminhos de enfrentamento ao racismo e sexism já percorridos” (p. 25-26). Com um feminismo desse tipo teríamos mulheres que “partilham processos de resistência” e não apenas compartilham “experiências baseadas na escravidão, racismo e colonialismo”.

Na obra *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, o contexto é o Rio de Janeiro do século XIX e temos nela duas mulheres que são bastante simbólicas para a abordagem do feminismo aqui feita: Zulmira e Bertoleza. Elas ocupam espaços diferenciados e maneiras diferenciadas também de existir, tanto no que concerne à forma como são caracterizadas como também à

forma como são tratadas no romance. É necessário que façamos uma descrição do centro urbano do Rio de Janeiro à época para que adiante possamos entender as configurações dessas duas mulheres de *O Cortiço*.

Com a modernização do centro urbano do Rio de Janeiro e com a ressignificação dos espaços, surgiu uma nova concepção acerca do modelo ideal de mulher que condizia com o estilo de vida e comportamento da burguesia. Em contrapartida, anulava, ainda que inconscientemente, a feminilidade daquelas que não se enquadravam nos estígmas estabelecidos.

Diante desse contexto de transformação, os modelos e regras que norteiam o patriarcado se encontram ameaçados, dando espaço para atitudes feministas. Começam a surgir, ainda que de forma incipiente, vozes femininas que desejam ser ouvidas e tratadas como um agente de seu próprio destino. Assim, conforme mencionado anteriormente surge Nísia Floresta reclamando para as mulheres um local diferente daqueles que lhes foram impostos, isto é, uma existência fora do lar.

Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810 – 1885) nasceu no Rio Grande do Norte e residiu em vários outros lugares do Brasil como Rio de Janeiro, antes de ir morar na Europa. Foi uma das primeiras mulheres no Brasil, que se tem conhecimento, que rompeu com os limites do espaço doméstico/privado e publicou textos em jornais de renome, além de escrever vários livros sobre a condição feminina. O primeiro livro foi publicado em 1832 e intitulado *O direito das mulheres e as injustiças dos homens*, o primeiro a tratar do direito feminino à instrução e ao trabalho, além de exigir o respeito às mulheres e a consideração de suas faculdades mentais, algo que era posto em dúvida conforme os discursos que se perpetuaram por milhares de anos.

Conforme a autora, as desigualdades que resultam em “inferioridade” “vêm da educação e circunstância da vida”. Para isso a luta pelo direito feminino começa pelo campo educacional a fim de valorizar a mulher como sujeito pensante. Por isso os livros escritos por Nísia estavam majoritariamente voltados para questão da educação feminina como em *Conselhos à minha filha* (1842), *A mulher* (1859) e *Opúsculo humanitário* (1853), conforme o pensamento da autora o progresso ou o atraso de uma sociedade deve ser avaliado pela importância que é atribuída às mulheres.

A partir de 1870 surge um vultoso número de jornais com publicações nitidamente feministas as quais alertavam as mulheres sobre o perigo da ignorância e o quanto isso perpetuaria a opressão sofrida por elas. E que apenas com a instrução seria possível “quebrar as cadeias que desde séculos de remoto obscurantismo nos rodeiam” (DUARTE, 2003)

Alguns jornais foram marcantes, a partir da década de 70, como *O sexo feminino*, *O domingo*, e *O Jornal das damas*, todos de 1873 e *A família*, dirigido por Josefina Álvares de Azevedo (1851-?) de 1888 a 1897, inicialmente em São Paulo, depois no Rio de Janeiro, destacando-se principalmente pela luta em prol dos direitos femininos e sua emancipação. Um trecho do jornal *A Família*, ano I, n. especial, dizia:

Formem grupos e associações, fundem jornais e revistas, levem de vencida os tirocínios acadêmicos, procurem as mais ilustres e felizes, com a sua influência, aviventar a campanha em bem da mulher e seus direitos, no Brasil: e assim terão as nossas virtuosas e dignas compatriotas pelejado, com o recato e moderação naturais ao seu delicado sexo, pela bela idéia ‘Fazer da brasileira um modelo feminino de educação e cultura espiritual, ativa, distinta e forte’. (DUARTE, 2003, p. 180)

A partir da década de oitenta e mediante muita luta, as mulheres transcendiam outros espaços, principalmente no campo profissional, assumindo profissões como médica, advogada, entre outras, decorrente do acesso da mulher (burguesa) ao ensino superior tanto aqui no Brasil como também no exterior. Porém, tais conquistas não se deram sem resistência, visto que, esperava-se que tais mulheres se dedicassem inteiramente ao lar e que seria muito difícil a conciliação entre vida profissional e vida doméstica. Segundo Duarte (2003) “Apenas as moças pobres estavam liberadas para trabalhar nas fábricas e na prestação de serviços domésticos”.

2.2 A representação da mulher na literatura

Apesar da refração do movimento e de o feminismo ser avesso a uma definição única como afirma Bonnici (2007, p. 87). Zolin (2005, p. 183) diz que o feminismo:

[...] trata-se de um movimento político bastante amplo que, alicerçado na crença de que, consciente e coletivamente, as mulheres podem mudar a posição de inferioridade que ocupam no meio social, abarca desde as reformas culturais, legais e econômicas, referentes ao direito da mulher ao voto, à educação, à licença-maternidade, à prática de esportes, à igualdade de remuneração para função igual etc., até uma teoria feminista acadêmica, voltada para reformas relacionadas ao modo de ler o texto literário.

Dessa forma, não podemos negar que a crítica feminista possui uma dívida para com o feminismo, na medida em que este, dentre muitos avanços, possibilitou o aparecimento de uma teoria feminista acadêmica, que revisitasse os textos, os mais diversos, constituídos dentro desse sistema patriarcal, no sentido de desconstruir as representações femininas neles impressas.

Em função de uma crítica revisionista desses textos, as mulheres passaram de uma invisibilidade total para a questão da autorrepresentação, ou seja, representar-se a si mesma. Uma mulher falando de mulheres. Todavia, durante muito tempo, a prática comum era a mulher ser representada a partir de um olhar masculino como é o caso da obra em questão de Aluísio de Azevedo, *O Cortiço*.

Até o século XIX a história da mulher na historiografia e, principalmente, na literatura foi marcada pelo silêncio, o qual convém à posição subserviente e submissa dessa figura. Em uma das epístolas Paulo dá a orientação: “A mulher aprenda em silêncio, com toda sujeição [...] E Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo em enganada caiu em transgressão. Elas devem pagar por sua falta num silêncio eterno” (PERROT, 2007). O pensamento bíblico já deixa claro que, desde o princípio, a culpa dos erros dos homens é sempre da mulher e que não cabe a ela se pôr contra aquilo que é seu destino. O silêncio na mulher acaba sendo uma virtude que deve ser perseguida, tal qual é o repassado.

O silêncio é, um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento. Silêncio das mulheres na igreja ou no templo, maior ainda na sinagoga ou na mesquita, onde elas não podem nem mesmo penetrar na hora das orações. Silêncio nas assembleias políticas povoadas de homens que as tomam de assalto com eloquência masculina. (PERROT, 2005, p. 10).

Para Perrot (2007), o primeiro motivo para o silêncio é a invisibilidade, ou seja, as mulheres não atuam no espaço público, ficam confinadas em casa e ocupam com os afazeres domésticos ou coisas relativas ao espaço privado. Já que são pouco vistas, continua a escritora, pouco se fala delas, isso resulta no silêncio das fontes:

As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino

que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra. (PERROT, 2007, p. 17)

A ausência de autorrepresentação ou uma representação concreta da figura feminina abre margem para construção e sustentação de estereótipos em torno da mulher. Para Perrot (2007): “As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas”. Além disso, constrói-se um imaginário feminino baseado em generalizações do sexo feminino.

Para Priore (2011), o século XIX é o culto à figura frágil, dócil, quase angelical. O século das dicotomias, “O homem tenta fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele, o sexo forte, ela, o fraco; ele, o sexo nobre, ela, o belo.”

Tal culto e estereótipo, aplicáveis às mulheres das classes mais abastadas, reverbera na literatura. A valorização de algumas partes do corpo feminino como os pés, dedos, ombros será muito frequente nas produções do século XIX. Segundo Priore (2011), “o homem aprecia a fragilidade feminina para sentir-se mais forte, mais dominador. Seios interessavam? Ainda não. Eram chamados pelos médicos de “aparelhos de lactação”.

Ainda segundo a autora a aparência feminina colaborava para acentuar a diferença entre os sexos:

A mulher tinha que ser dona de pés minúsculos. Seu cabelo tinha que ser longo e abundante e preso a penteados elaboradíssimos para fazer frente a bigodes e barbas igualmente hirsutas. Homem sem barba era maricas! Brilhante, sob o efeito de pomadas e cremes, presa em coques e tranças, trabalhada com flores artificiais ou naturais, em penas de aves ou seda, a capa capilar também servia de atrativo para os homens. A cabeleira feminina era tão importante nos jogos de sedução que as que não a tinham aumentavam a sua com cabelos de meninas mortas, vendidos em bandejas pela rua. A cintura feminina era esmagada por poderosos espartilhos, acentuando os seios aprisionados nos decotes – o peito de pomba. Escapulários e medalhões serviam para destacar o colo. E o traseiro era valorizado graças às anquinhas. O “talhe de vespa” ou cintura estreita fazia parte dos padrões de beleza física. (PRIORE, 2011, p. 52).

Veremos como José de Alencar descreve a personagem que leva o nome de uma das suas obras Lucíola: “da pessoa que me fitava só via a mão pequena e a fronte pura, que denunciavam uma mulher”. Júlio Ribeiro(1888) , autor naturalista, também não permite que esses estigmas femininos fiquem fora de suas narrativas e, nesse sentido, surge Helena, vulga Lenita, personagem da obra *A Carne*. Nela, o autor faz a seguinte descrição:

Era uma formosa mulher. Moreno-clara, alta, muito bem lançada, tinha braços e pernas roliços, musculosos, punhos e tornozelos finos, mãos e pés aristocraticamente perfeitos, terminando por unhas róseas muito polidas. (RIBEIRO, 1888, p. 35).

Álvares de Azevedo, escritor pertencente ao movimento literário romantismo, em um de seus poemas enaltece o pé da mulher amada e idealizada, “meu desejo era ser o sapatinho que o teu mimoso pé no baile encerra”. Segundo Mary del Priore (2011):

Os pés enlouqueciam os homens. Eram o ‘fetiche’ da época. Corruptela do português ‘feitiço’, a palavra designava a operação que consistia em focar uma parte do corpo – o pé, a nuca – ou uma coisa – meia, liga, soutien – do ser desejado. (PRIORE, 2011, p/n)

Nesse contexto, percebemos como a literatura refletia os padrões impostos e concordamos com Silva (2012) ao mencionar que a literatura “é também a reconstrução dessa realidade, portanto, nos romances aqui propostos para pesquisa, encontraremos muito das mulheres do nosso passado, retrato do nosso presente e prenúncio de nosso futuro”.

3 AS RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA SOCIEDADE E NA LITERATURA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX

3.1 O contexto sócio-histórico de *O cortiço*: Os espaços demarcados

A obra *O Cortiço* foi publicada em 1890, período de quando o Brasil deixara de ser uma monarquia e se tornara uma república. Porém, a narrativa passa décadas antes desse evento, na qual a situação da sociedade brasileira, principalmente fluminense, estava sendo marcada por uma série de movimentos e tentativas de mudanças.

No âmbito político, o regime Imperial estava entrando em uma crise que resultaria na proclamação da república em 1889. A começar pelos militares que após a guerra do Paraguai (1864 – 1870) fortalecera o orgulho militar e a consciência de sua contribuição na manutenção dos privilégios aristocráticos. As discriminações sofridas por esse grupo e a punição de dois militares, por se manifestarem nos jornais pedindo a reforma de um programa de um auxílio, foram o estopim para que vários militares se unissem ao movimento republicano contra o governo.

No contexto dos movimentos antiescravagistas já se notava, devido a muita luta, o início da abolição da escravatura por meio de algumas leis como a Lei Eusébio de Queirós (1850) a qual proibia o tráfico negreiro e a recente lei do Ventre Livre também conhecida por lei Rio Branco, da qual a obra *O Cortiço* faz menção: “Assim, eram às vezes muito quentes as sobremesas do Miranda, quando entre outros assuntos palpitantes, vinha à discussão o movimento abolicionista que principiava a formar-se em torno da Lei Rio Branco.” (AZEVEDO, 2017, p. 21).

A referida lei libertava o filho nascido a partir daquela data, mas não libertava a mãe e ainda garantia ao senhor o direito de optar entre ficar com os libertos até 21 anos de idade e entregá-los ao governo.

No âmbito econômico o Brasil ainda é muito dependente do café e como consequência da mão de obra escravizada, que cuidava de todo o processo, porém, ainda que de forma incipiente, começa-se a ver claros sinais de industrialização o que atrai muitas pessoas para o centro do Rio de Janeiro e inicia o processo de urbanização. As massas começam a se deslocar da zona rural em busca de melhores condições de vida e de trabalho, assiste-se a uma paulatina transição da forma de trabalho entre a mão de obra escrava para a mão de obra assalariada, porém mão de obra branca.

As indústrias localizavam-se no centro do Rio o que contribuiu para uma grande ocupação de populares nesses espaços. As estalagens e os cortiços ganham papel importantíssimo nesse processo, visto que, era fundamental para abrigar as pessoas vinda do exterior e zona rural que não fossem detentoras de um bom capital. Segundo Abreu (2003) “para a maioria da população, entretanto, a localização central, ou próxima ao centro, era condição indispensável para a própria sobrevivência”.

Assim, de forma irregular e desorganizada os cortiços eram construídos e tomavam conta dos centros das cidades num formigamento de gente, que faziam alavancar os preços das moradas, como descrito no trecho: “Entretanto, a rua lá fora povoava-se de um modo admirável. Construía-se mal, porém muito; surgiam chalés e casinhas da noite para o dia, subiam os aluguéis; as propriedades dobravam de valor” (AZEVEDO, 2018, p. 14).

Um episódio muito importante estava acontecendo na Europa e logo reverberaria no Brasil, a Belle Époque, marcada por uma série de transformações como a invenção do automóvel, telégrafo, telefone, e muito entretenimento como os cinemas e rádios. Era o auge da civilização, modelo de desenvolvimento para o restante do globo. Segundo Mary Del Priore (2011),

O Rio de Janeiro contagiava-se por imitação. Nos diferentes bairros, proliferavam sociedades com títulos preciosos: Vestal, Sílfide, Ulisseia. A dupla piano & charuto torna-se inseparável: a mocidade abandonara o rapé, preferindo olhar a fumaça com volúpia. Rapazes pareciam sonhar com um charuto entre os lábios, enquanto a jovem atacava uma valsa no piano. Lia-se Byron, solfejavam-se óperas como Nabuco ou Otelo. O Catete, o bairro do bom-tom, da elegância, do espírito, da aristocracia – o faubourg Saint-Germain do Rio de Janeiro –, tinha salões onde ecoavam canções em francês. Tudo era pretexto para reuniões e encontros. (PRIORE, 2011, p. 52).

Nesse contexto, a cidade carioca também precisava se modernizar, europeizar a capital, torná-la a semelhança de Paris.

A proposta era ser “civilizado”, como o eram os franceses e os europeus em geral. Desse modo, toda sorte de expressões de relações sociais locais que não fossem consideradas civilizadas eram combatidas pela imprensa e proibidas por lei. (D, INCAO, 2004, p. 235).

Não só a modernização, mas também a higienização fazia parte do novo modelo instaurado e propagado pela burguesia. Então, o foco se volta para eliminar a população popular dos centros cariocas assim como qualquer tipo de manifestação dessa classe. Os cortiços tornam-se o alvo da burguesia reformista, pois iam de encontros aos interesses de tornar o Rio de Janeiro o cartão postal do Brasil. Mais adiante, no governo de Pereira Passos, assistiu-se à derrubada dos cortiços e ao afastamento dos menos privilegiados do centro da cidade. Entendamos por espaço o que foi definido por Lefebvre (2008):

O espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial. É um modo nas mãos de ‘alguém’, individual ou coletivo. Isto é de um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos. (LEFEBVRE, 2008 apud MACHADO, 2011, p. 2).

Nesse sentido, como instrumento de poder, a organização de um espaço se dará de acordo com o interesse da classe dominante ou de quem detém o poder. Na obra *o Cortiço*, os espaços são constantemente demarcados, estando a elite ocupando progressivamente o centro, enquanto os populares são marginalizados. Machado (2011, p. 13) diz que “todos esses acontecimentos contribuíam para reforçar a ideia de afastamentos dos corpos, ou seja, a retirada da população de baixa renda da área central”, como fica evidente na obra *O Cortiço*:

E, como a casa comercial de João Romão, prosperava igualmente a sua avenida. Já lá se não admitia assim qualquer pé-rapado: para entrar era preciso carta de fiança e uma recomendação especial. [...] O cortiço aristocratizava-se. (AZEVEDO, 2018, p. 200).

A cidade do Rio de Janeiro conforme dito anteriormente passava por um surto de urbanização e em decorrência disso a proliferação de habitações coletivas, causa, acreditavam os médicos-sanitaristas da época, para o surto de epidemias que estava acontecendo. Segundo Soihet (1996), “as prioridades desses profissionais recaíam no combate aos cortiços, às epidemias de febre amarela e na solução do problema da vacinação antivariólica, diante das práticas populares *vacinophobicas*”. Para a autora, a derrubada dos cortiços, que se iniciaram ainda no fim do século XIX, e o consequente afastamento das camadas populares dos centros da cidade se deu por meio da identificação da “classe pobre” como classe perigosa.

Os higienistas alegavam que a promiscuidade presente nos cortiços era um perigo para a ordem pública e que tais habitações coletivas eram focos de irradiação das epidemias e fértil terreno para a propagação dos vícios. (SOIHET, 1996, p.184).

A questão do repúdio aos cortiços fica evidente na obra quando Miranda, comerciante português, que mora no sobrado ao lado, profere:

O Miranda rebentava de raiva. – Um cortiço – exclamava ele, possesso. – Um cortiço! Maldito seja aquele vendeiro de todos os diabos! Faz-me um cortiço debaixo das janelas!... Estragou-me a casa, o malvado. (AZEVEDO, 2018, p. 15).

O desenvolvimento do cortiço, ao lado da estalagem na qual mora o comerciante, contrasta radicalmente com os ideais de modernização da época, não condizia com a imagem da capital do Império que a classe dominante desejava divulgar no exterior a fim de, entre outros motivos, atraísse investimento e mão de obra imigrante (branca).

3.2 Aluísio de Azevedo: vida, obra e estética literária

O Naturalismo origina-se na França no século XIX e se espalha para o restante da Europa, Estados Unidos e Brasil. É um movimento estético-literário formado pelas concepções científicas e filosóficas da época tais como o Determinismo, Positivismo, Darwinismo, sobre as quais falaremos a seguir.

Massaud Moisés (1999) define o Naturalismo como metamorfose avançada da estética realista, na sondagem dos problemas sociais, em busca de prova, de que o organismo social está doente, o romance naturalista começa onde para o realista: o último leva até certo ponto, e o primeiro vai além.

O Naturalismo constitui um movimento reacionário ao Romantismo, cheio dos “antis”, anticlerical, monárquico e burguês. A vontade de mostrar a decadência (moral e ética) deste último motiva vários escritores a construírem narrativas que toquem na “ferida” /núcleo desta classe: família. Fazendo um claro ataque ao casamento por meio de conflitos conjugais como o adultério. Segundo Moisés (1999):

O casamento deixa- se corroer pelo adultério precisamente porque, em ligação com o pensamento burguês, de sentido pragmático e acomodatício, se funda na luxúria, no confronto material trazido pelo dinheiro ou nas hipócritas convenções sociais. Vem daí que, regra geral, o romance realista (e o naturalista) tenha o adultério por nódulo dramático e narrativo. [...] Dar-se-ia à burguesia a possibilidade de tomar consciência da situação e de encontrar saída honrosa para ela. (MOISES, 1999, p. 160)

Na prosa, ao contrário dos romances no Romantismo, que eram baseados nos dilemas amorosos e visava ao entretenimento, Realismo/Naturalismo concebe a prosa como ferramenta de combate e de transformação da realidade. “Torna-se instrumento de ataque e demolição, por um lado, e de defesa de ideais filosóficos e científicos, por outro” (MOISÉS, 1999, p. 189)

A segunda metade do século XIX é marcada por uma série de concepções científicas e filosóficas que marcaram profundamente a sociedade e o fazer literário no exterior e, no Brasil, deu-se de forma intensa. No campo científico, tem-se o enaltecimento dos métodos científicos como forma de explicar o mundo, diante de uma série de transformações políticas e sociais que a França estava passando, em 1848: o estabelecimento da 2^a República francesa e o sufrágio universal.

Nesse ínterim, temos a publicação de algumas obras que foram muito relevantes nesse processo, como, por exemplo, *O futuro da Ciência*, de Ernest Renan (1832-1892), *Vida de Jesus*, lançado em 1863, pelo mesmo autor, ambas as obras visavam à valorização da experiência científica. Além deste, destaca-se Augusto Comte (1798-1857), filósofo francês, idealizador de uma nova forma de organização social conhecida como Positivismo.

Segundo Moisés (1999) para Comte a ciência constitui-se de suma importância na construção de uma sociedade. Ademais, incentivava o abandono da Teologia e da Metafísica em favor de um conhecimento “positivo” da realidade baseado na concreticidade, objetividade, passível de ser analisado e experimentado.

Contemporâneos ao Positivismo surgem novas teorias no campo das ciências biológicas por meio do escritor naturalista Charles Darwin (1809- 1882) com a publicação da obra *A origem das Espécies*, em 1859. Um pouco mais adiante seus estudos servirão de base para criação de outras teorias como o Darwinismo Social, de Herbert Spencer, a qual hierarquizava as raças entre a civilidade e a barbárie, defendendo o desenvolvimento cognitivo dos caucasianos (brancos/europeus) em detrimento dos outros povos (asiáticos, americanos e africanos).

Além das concepções supracitadas, o Determinismo, de Hipólito Taine (1828 -1893) influência de sobremaneira a literatura, e, segundo Moisés (1999), “tornou-se o verdadeiro teórico do Realismo/Naturalismo”. Taine, em sua teoria, defendia que o comportamento humano é definido pelo meio, raça e momento histórico, em outras palavras, o homem seria fruto do meio no qual vive. Dentro dessa perspectiva, tem-se a zoomorfização do comportamento dos seres humanos para provar a ideia de que o homem, quando submetido a

um ambiente degradado, tende a adotar comportamentos instintivos próximos aos dos animais.

Tanto os escritores Realistas quanto os Naturalistas “embriagados” por um antirromantismo buscavam realizar um filosofia da objetividade, focando ao contrário dos românticos no objeto a ser estudo e não no eu. Segundo Moisés (1999):

Para alcançar concentrar-se no objeto, tinham de destruir a sentimentalidade e a imaginação romântica e trilhar a única via de acesso à realidade objetiva: a Razão, ou a inteligência. Eram, portanto, racionalistas, o que tornava o racionalismo a segunda grande característica do movimento. (MOISES, 1999, p. 165)

O escritor, a partir desse movimento, torna-se um cientista-observador, o qual validará, ou não, alguma tese defendida pela ciência e, para isso, valer-se-á da própria obra (considera-se como laboratório do autor) para contribuir com o pensamento científico da época.

Seu intuito consistiria na demonstração de tais personagens, vivendo em tal meio, em tais circunstâncias e carregando determinada carga genética, necessariamente teriam de se comportar de certo modo. [...] O trabalho literário passa a ser encarado como sendo tão demorado e paciente quanto o científico, nos laboratórios ou nas pesquisas de campo. (MOISÉS, 1999, p. 167)

Não muito distante da Europa, o Naturalismo é inaugurado no Brasil em 1881 com a obra *O Mulato*, de Aluísio Azevedo, consagrando este como o exímio representante desse movimento. Além deste pode-se citar Adolfo Caminha (1897- 1867), autor da obra *Bom Crioulo* (1895), Júlio Ribeiro (1890- 1845) autor da obra *A Carne* (1888), Raul Pompeia (1895- 1863), *O Ateneu* (1888) entre outros escritores que contribuíram para este “utensílio de combate, de reforma e de ação social” (Moisés 1999, p. 167)

De origem maranhense, Aluísio Azevedo, desde cedo, conhece os mais duros olhares e críticas da sociedade do maranhão, visto que seus pais, Emília Amália Pinto de Magalhães e David Gonçalves de Azevedo, vice-cônsul de Portugal, viviam juntos sem observarem as formalidades legais de um casamento, isto é, sem a aprovação da igreja o que gerou um grande escândalo época.

Nascido no dia 14 de Abril de 1857, em São Luís (Maranhão), muda-se para o Rio de Janeiro, em 1876, e começa a estudar na Academia de Belas Artes. Torna-se contribuinte com alguns jornais e revistas como caricaturista. Em 1879, retorna ao maranhão e inicia sua carreira literária com a publicação da obra *Uma Lágrima de Mulher*, em 1880.

Após produzir várias obras, Aluísio ingressa na carreira diplomática, em Buenos Aires, visto que o ramo literário rendeu-lhe apenas o suficiente para sobreviver. Morre em 21 de Janeiro de 1913, na Argentina, e seu corpo, em 1919, foi definitivamente sepultado em sua terra natal.

Aluísio Azevedo inaugura esse novo movimento é muito influenciado por alguns escritores europeus como Emile Zola, por exemplo. O romance *O Cortiço* foi escrito em 1890 e se tornou uma das obras célebres desse movimento literário. Influenciados pelo contexto, alguns dos escritores desse período baseavam-se nas teorias científicas supracitadas, como o Positivismo, de Augusto Comte, Determinismo, de Taine, no qual, concebia-se a prática da escrita enquanto um laboratório literário. Nesse sentido, os autores usavam seus personagens para comprovar suas teses científicas sobre a condição humana, por isso, os escritos desse período foram chamados de romances de tese.

Na obra, percebe-se uma forte influência desse pensamento científico, principalmente no tocante ao comportamento animalesco dos personagens, característica que ficou conhecida como zoomorfismo. A figura central do romance é o próprio meio no qual as tramas se desenvolvem, o cortiço, criado por um dos personagens e abrigo para as diversas personalidades e figuras. O próprio cortiço, erguido na cidade do Rio de Janeiro, abriga a diversidade existente no Brasil e favorece o desenvolvimento de uma comunidade e com isso, os diversos tipos de relações sociais comuns a uma população.

Consoante as teorias deterministas, os escritores naturalistas brasileiros também acreditavam que o meio tinha forte influência sobre a vida das pessoas e que quanto mais degradado este fosse, mais propensa ao animalismo as pessoas estariam.

E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a “minhocar”, a esfervilhar, a crescer um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larva de esterco. (AZEVEDO, 2018, p. 16).

Segundo Bosi (1995), “O determinismo refere-se na perspectiva em que se movem os narradores ao trabalhar as suas personagens”. Ainda conforme o autor, “A pretensa

neutralidade não chega ao ponto de ocultar o fato de que o autor carregar sempre de tons sombrios o destino de suas criaturas”.

Atente-se nos romances desse período, para a galeria de seres distorcidos ou acachapados pelo *Fatum*: O mulato Raimundo, a negra Bertoleza, Pombinha, O “Coruja”, de Aluísio Azevedo; Luzia-Homem, de Domingos Olímpio; Sérgio, de Raul Pompéia; o protagonista de A Normalista e de O bom Crioulo, de Adolfo caminha; padre Antônio, de Inglês de Sousa... (BOSI, 1995, p. 192).

A obra em análise, *O Cortiço*, representa um exímio exemplo de determinismo, a comprovação da influência do meio sobre o personagem se dá, além de Pombinha, na vida do português Jerônimo. Homem trabalhador e comprometido com sua família (Piedade e a filha) muda-se para o cortiço com a finalidade de trabalhar como gerente da pedreira de João Romão.

Mas não fora só o seu zelo e a sua habilidade o que o pôs assim para frente; duas outras coisas contribuíram muito para isso: a força de touro que o tornava respeitado e temido por todo o pessoal dos trabalhadores, como ainda, e, talvez, principalmente, a grande seriedade do seu caráter e a pureza austera dos seus costumes. Era homem de uma honestidade a toda prova e de primitiva simplicidade no seu modo de viver. Saía de casa para o serviço e do serviço para a casa, onde nunca ninguém o vira com a mulher senão em boa paz; traziam a filhinha sempre limpa e bem-alimentada, e, tanto um como o outro, eram sempre os primeiros à hora do trabalho. Aos domingos iam às vezes à missa ou, à tarde, ao Passeio Público; nessas ocasiões, ele punha uma camisa engomada, calçava sapatos e enfiavam um paletó; ela, o seu vestido de ver a Deus, os seus ouros trazidos da terra, que nunca tinham ido ao monte de corro, malgrado as dificuldades com que os dois lutaram a princípio no Brasil. (AZEVEDO, 2018, p. 44)

Todavia, o destino do personagem dentro daquele espaço estava traçado e após alguns meses de contato com os costumes e comportamentos dos outros habitantes, o português abrasileirou-se, enamorou-se de uma das moradoras, Rita Baiana, mulata, permeada de estereótipos, e decide romper com seus “bons costumes” e ficar com essa mulher.

O português abrasileirou-se para sempre; fez-se preguiçoso, amigo das extravagâncias e dos abusos, luxurioso e ciumento, fora-se-lhe de vez o espírito da economia da ordem; perdeu a esperança de enriquecer e deu-se todo, todo inteiro, à felicidade de possuir a mulata e ser possuído só por ela, só ela, e mais ninguém. (AZEVEDO, 2018, p. 175).

A Zoomorfização do comportamento dos personagens perpassa toda a obra, para isso Azevedo utiliza de verbos onomatopaicos, metáforas e comparações. Formigueiro assanhado, uma vaca seguida por um bezerro amordaçado, berrar, cacarejar, envervilhar, todos possuíam, conforme menciona Azevedo (2018), “O prazer animal de existir.”

Azevedo escancara o que por alguns anos vinha sendo denunciado pelos médicos sanitários da época, a insalubridade e a falta de higiene dessas habitações coletivas.

Daí a pouco, em volta das bicas era um zunzum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns, após outros, lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio de água que escorria da altura de uns cinco palmos [...]. As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. (AZEVEDO, 2018, p. 26).

Nesse sentido, o romance serve como objeto de denúncia das mazelas e dos problemas sociais existentes no século XIX, como a pobreza, adultério, corrupção, exploração de classe, oportunismo. Além de abordar sobre assuntos considerados tabus à sociedade conservadora do período como homossexualismo e prostituição.

3.3 Bertoleza e Zulmira: as representações da mulher negra e da mulher branca

A obra em questão conta com a presença de diversas personagens femininas, todavia, para fim de análise, nos deteremos em apenas duas: Bertoleza e Zulmira. Analisaremos as experiências de gênero baseado nos estudos femininos sobre interseccionalidade.

O termo interseccionalidade foi aplicado pela pensadora afro-estadunidense Kimberle Crenshaw após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001 e tem sido muito utilizado por pesquisadores e ativistas dos direitos humanos.

Todavia, essa ideia é mais remota, como define Carla Akotirene (2019) “a interseccionalidade veio até nós como ferramenta ancestral”. Sojourner Truth, considerada pioneira do feminismo negro, ao proferir um discurso durante a Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, em Akron, no ano de 1851, lança a base desses estudos, ainda que inconscientemente, por meio do discurso intitulado *Eu não sou uma mulher?*, no qual

questiona a categoria mulher universal. Segundo Akotirene (2019), “é da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade”.

Para ilustrar o conceito de interseccionalidade, entre raça e classe, Crenshaw recorre a um processo movido pela empresa De Graffen Reed contra a *General Motors*, nos Estados Unidos, no qual várias mulheres afro-americanas afirmavam terem sido discriminadas em razão de sexo e raça.

Havia empregos para negros, mas esses empregos eram só para homens. Havia empregos para mulheres, mas esses empregos eram só para mulheres brancas. Na *General Motors*, os empregos disponíveis aos negros eram basicamente o de postos nas linhas de montagem. Ou seja, funções para homens. E, como ocorre frequentemente, os empregos disponíveis a mulheres eram empregos nos escritórios, em funções como a de secretária. Essas funções não eram consideradas adequadas para mulheres negras. Assim, devido à segregação racial e de gênero presente nessas indústrias, não havia oportunidades de emprego para mulheres afro-americanas. Por essa razão, elas moveram um processo afirmando que estavam sofrendo discriminação racial e de gênero. (CRENSHAW, 2001, p. 10)

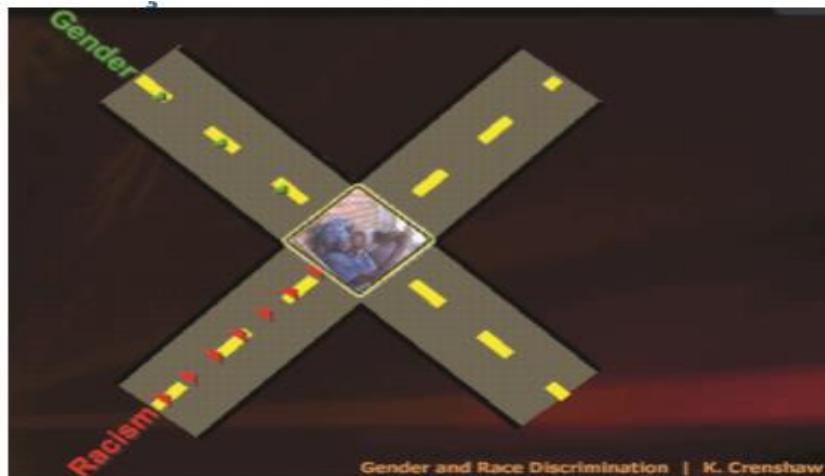
Porém, o tribunal solicitou que essas mulheres comprovassem as respectivas discriminações, gênero e raça, isoladamente. Assim, já que havia emprego para as pessoas negras, homens, não tinham como comprovar o racismo, da mesma forma, como a empresa contratava mulheres para o serviço de secretariado, não havia justificativa para o sexism. Nesse sentido, conforme afirma Crenshaw (2019),

Como vocês podem ver, as mulheres negras se viram diante da situação de ter sofrido uma discriminação racial baseada unicamente nas experiências de homens afro-americanos e uma discriminação de gênero baseada unicamente nas experiências de mulheres brancas. O resultado foi que as mulheres negras não conseguiram apresentar provas separadas de discriminação racial e de gênero. Obviamente, porque a discriminação racial e de gênero não estava sendo sofrida por todas as pessoas, somente por elas. O tribunal afirmou, posteriormente, que elas não poderiam combinar seu processo, pois isso lhes conferiria privilégios, uma preferência em relação a mulheres brancas e aos homens afro-americanos. (CRENSHAW, 2019, p. 11).

A fim de esclarecer como um indivíduo pode sofrer ostracismo em decorrência de seu gênero e de sua classe, Crenshaw ilustra tal acontecimento por meio da intersecção de duas ruas (Norte-Sul, Leste-Oeste) o qual será nomeado pela pensadora de eixos de discriminação.

Tal encontro revela o quanto às opressões estão sobrepostas e o quanto a mulher negra é vítima de uma dupla discriminação (em muitos casos, tripla, caso a classe também seja considerada).

Figura 1



Fonte: Crenshaw; Kimberle (2001, p. 11).

Pensado pelas feministas negras, o conceito de interseccionalidade veio para observar as experiências e reivindicações de tais mulheres, outrora inobservado tanto pelo movimento feminista branco quanto pelo movimento antirracista focado nos homens negros. Sobre o fito de tais estudos, afirma Akotirene (2019),

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e *cisheteropatriarcado* – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2019, p. 18)

Consoante a ideia de Akotinere (2019) sobre a interseccionalidade ser um sistema de opressão interligado, percebe-se que a ideia da condição feminina varia de acordo com classe e a raça, quebrando assim com o mito da “categoria universal da mulher”, segundo Djamila

Ribeiro (2017, p. 61), “uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experenciar gênero de outra forma”.

Enquanto no século XIX a ideologia feminina, explica Angela Davis (2013, p.10), “enfatizava os papéis de mães cuidadoras, companheiras dóceis e donas de casas para os seus maridos, as mulheres negras eram praticamente uma anomalia”, nessa mesma perspectiva escreve a historiadora Mary Del Priory (2011), “A mulher tinha que ser naturalmente frágil, bonita, sedutora, boa mãe, submissa e doce. As que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais”.

Em convivência com as ideias supracitadas, tem-se na obra a figura de duas personagens: Bertoleza e Zulmira, que experienciam formas diferentes de opressão e revelam o quanto raça, gênero e classe se entrecruzam.

Zulmira representa a categoria da mulher branca e aristocrata do século XIX, a típica mulher dócil, prendada e submissa à autoridade patriarcal da família. Educadas para o casamento e para os limitados papéis que viriam a desempenhar no seio da família, as moças casavam-se cedo, isto é, eram arranjadas pelos pais ainda nos resquícios do sistema tradicional de dote, embora essa ideia já estivesse em transformação e as moças pudessem escolher seus pretendentes. “e estava tudo decidido: Zulmira aceitava-o para marido e dona Estela ia marcar o dia do casamento” AZEVEDO (2018, p. 189).

Segundo Saffioti (1976, p.91), “Educadas em ambiente rigorosamente patriarcal, essas meninas-mães escapavam ao domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido”. Mesmo com o processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, a posição social da mulher não apresentou mudanças profundas.

O ambiente da cidade propiciava mais contatos sociais nas festas, nas igrejas, nos teatros. A família patriarcal perdia sua dimensão rígida, permitindo à mulher desenvolver certo desembaraço de atitudes. Todavia, não se cuidava de sua instrução; apenas se acrescentava ao ideal de educação doméstica o cultivo da conversação, que permitiria à mulher ser agradável nas reuniões. (SAFFIOTTI, 1976)

Zulmira se apresenta como a mulher finamente educada para conviver em sociedade e para comandar uma casa. É resultante de uma família que se destaca socialmente e que tinha posses. Em suma, uma mulher feita para casar, conforme os moldes da época, “Uma educação de princesa: até o francês sabe! Toca piano como você tem ouvido... canta o seu bocado...aprendeu desenho...muito boa mão e agulha!...” AZEVEDO (2018, p. 131).

Moça de bons modos, conforme mandava o ideal feminino da época, Zulmira, por se tratar de uma mulher, é constituída como o Outro do homem, visto que, segundo Djamila Ribeiro (2019), “é vista como um objeto, [...] de forma simples, seria pensar na mulher como algo que possui uma função”. Assim como se pensa a função de um objeto qualquer, destituindo-lhes de humanidade.

Zulmira era vista por Romão, diante da questão do mercado matrimonial, conforme define Bourdieu (2002) em seu livro, *Dominação Masculina*, apenas como um objeto simbólico cuja função é de contribuir para o aumento do capital simbólico e, nesse regime de dotes, para o aumento do capital financeiro sob o seu poder.

Mas só com lembrar-se da sua união com aquela brasileirinha fina e aristocrática, um largo quadro de vitórias rasgava-se defronte da desinsofrida avidez de sua vaidade. Em primeiro lugar fazia-se membro de uma família tradicionalmente orgulhosa, como era por dito, a de Dona Estela; em segundo lugar aumentava consideravelmente os seus bens com o dote da noiva que era rica, e, em terceiro, afinal, caber-lhe-ia mais tarde, tudo o Miranda possuía. (AZEVEDO, 2018, p. 189)

Dentro desse sistema de dominação patriarcal a mulher é constituída, segundo os estudos de Bourdieu, como um ser-percebido, ou seja:

[...] tudo concorre para fazer da experiência feminina do corpo o limite da experiência universal do corpo-para-o-outro, incessantemente exposto à objetificação operada pelo olhar e pelos discursos dos outros. (BORDIEU, 2002, p. 41).

Assim, tendo necessidade desse olhar do outro, a mulher vive em um permanente estado de insegurança corporal. “Elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis”. (BOURDIEU, 2002, p. 41)

Ainda, segundo o autor, é sobre a mulher burguesa que recai, principalmente, essa necessidade de aprovação, para isso, a mulher deveria andar sempre bem produzida, conforme mandavam os ditames da época. “Zulmira vinha na frente, com um vestido cor de palha justo ao corpo, muito elegante no seu tipo fluminense pálida e nervosa” (AZEVEDO, 2018, p. 204).

Nessa mesma perspectiva de pensamento patriarcal dominante, é fulcral compreender que “o lugar social que certos grupos ocupam restringem as oportunidades, [...] além das

condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente” (Ribeiro, 2019, p. 61). À personagem feminina Zulmira foi lhe negado a fala, assim como fora negado às mulheres dos séculos anteriores, visto que, segundo Ribeiro (2019), “grupos subalternos não têm direito à voz, por estarem num lugar no qual suas humanidades foram negadas”. Foucault (1970), em seu livro *A ordem do Discurso* afirma sobre a importância da voz discursiva, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

Em contrapartida à Zulmira, a personagem Bertoleza, mulher, negra e escrava, constitui a representação da mulher discriminada pelo gênero, raça e condição social, dado que, as opressões estão interseccionadas e não se pode hierarquizá-las. Na obra *O Cortiço*, Aluísio Azevedo escancara, ainda que, inconscientemente, o quanto essa mulher negra é vítima de uma tripla discriminação, ocupando assim o entre-lugar na sociedade, isto é, não era homem (negro) e nem mulher (branca). Segundo Ribeiro (2019), “o olhar tanto de homens brancos e negros e mulheres brancas confinaria a mulher negra num local de subalternidade, muito mais difícil de ser ultrapassado”.

[...] e que vivia de cama e mesa com uma negra. [...] Sim, porque aquela boa casa que se estava fazendo e os ricos móveis encomendados, e mais as pratas e as porcelanas que haviam de vir, não seriam decerto pra os beiços da negra velha! [...] maldita preta dos diabos! Era ela o único defeito, o senão de um homem tão importante e tão digno. (AZEVEDO, 2018, p. 172).

O relacionamento de Bertoleza e João Romão, apresentado na narrativa, parte de interesses distintos, enquanto esta movida pelas teorias raciais da época, que enxergavam o homem branco enquanto raça superior, não desejava se sujeitar a outro negro que também estava em um patamar semelhante de discriminação, aquele, enxerga em Bertoleza uma mão de obra para o êxito de seus empreendimentos e um corpo para sanar suas necessidades sexuais, “Bertoleza representava agora ao lado de João Romão o papel tríplice de caixearo, de criada e de amante”. (AZEVEDO, 2017, p.07)

João Romão encarna na relação com Bertoleza a estrutura do escravismo. Nessa estrutura, as mulheres negras eram destituídas de gênero, igualando-se aos seus companheiros, o homem negro, no tocante ao aspecto de ser uma propriedade para o homem branco. Nas palavras de Davis (2016, p. 17):

Como escravas, essas mulheres [as mulheres negras] tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. O sistema escravagista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero.

No entanto, se como força de trabalho o corpo da mulher negra se assemelha ao do homem negro, ela dele divergia por ter em seu corpo um duplo aspecto: o de força de trabalho e o de satisfação sexual do homem branco. Essa desapropriação das mulheres negras da categoria de gênero era moldada pela conveniência dos senhores de escravos.

Como força de trabalho e fonte de produtividade, as mulheres negras eram semelhantes a seus companheiros e, como tal, sofriam com o trabalho árduo, os castigos e as mutilações. Todavia, o corpo dessas mulheres se submetia também à satisfação dos prazeres sexuais dos senhores de escravos e de seus feitores no comando de seus escravos e do restante de suas propriedades. É então está à relação de que João Romão mantém com Bertoleza e, nesse tocante, a relação ainda é de senhor e escrava que se comprovara no final da narrativa.

Somando-se ao fato de as mulheres negras escravizadas serem destituídas de gênero, temos “a ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos” (DAVIS, 2016, p. 18). Nesse caso, em especial, as mulheres negras seriam consideradas anomalias, levando-se em consideração que elas não poderiam corresponder ao padrão esperado de mulher.

Cabe aqui lembrarmos duas mulheres negras que servem de ilustração para a abordagem desse aspecto da ideologia da feminilidade do Século XIX: uma no que diz respeito à contestação desses aspectos femininos em relação à mulher negra, desalojando-a da categoria feminina; outra, retirando da mulher negra esses atributos em função do aspecto da resistência à escravidão. São elas Sojourner Truth (Isabella Baumfree) e Harriet Tubman. Ambas, como mulheres negras, provaram que a fragilidade não é uma marca feminina e que a mulher é capaz de se colocar em par de igualdade com o homem.

A primeira ficou conhecida por seu famoso discurso que teve como mote a expressão “Não sou eu uma mulher?”, ocorrido em uma convenção de mulheres em Akron, Ohio, em 1851. “Com seu inegável carisma e suas poderosas habilidades como oradora, Soujourner Truth derrubou as alegações de que a fraqueza feminina era incompatível com o sufrágio – e fez isso usando uma lógica irrefutável” (DAVIS, 2016, p. 70).

A segunda mulher negra, Harriet Tubman, entrou para a história da resistência à escravidão “por seu extraordinário ato de coragem ao conduzir mais de trezentas pessoas pelas rotas da chamada *Underground Railroad*” (DAVIS, 2016, p. 35). Ao refletir sobre o seu trabalho na lavoura em Maryland, percebeu que era tão potente fisicamente quanto qualquer homem. Seus dotes físicos, em conjunto com o conhecimento que obteve com o pai sobre plantas, ervas e raízes e de como andar em silêncio pela mata, produzindo trilhas, fez com que Tubman tivesse êxito na condução de escravos e escravas em suas rotas de fuga. “Durante a Guerra Civil, Harriet Tubman manteve sua oposição incansável à escravidão, e ainda hoje detém o mérito de ter sido a única mulher nos Estados Unidos a liderar tropas em uma batalha” (DAVIS, 2016, p. 35).

Resumindo, segundo o pensamento da época, Bertoleza não seria a mulher ideal para um casamento, visto que, era negra e desprovida dos estereótipos que se exigiam da figura feminina, ao contrário, era vista como empecilho à felicidade de Romão. Para casar-se, Romão escolhe Zulmira, personagem abordado anteriormente. “Ainda bem que não tinham filhos! Abençoadas drogas que a Bruxa dera à Bertoleza nas duas vezes em que esta se sentiu grávida! Mas, afinal, de que modo se veria livre daquele trambolho?” (AZEVEDO, 2018, p. 135).

Bertoleza experiência o ser mulher de uma forma diferente de Zulmira, ao contrário desta, não possuía o privilégio de passear, tirar folga, arrumar-se, visto que, a vida com Romão foi apenas uma extensão da escravatura vivida com seu antigo dono. Destarte, os estereótipos, vigentes no período, da mulher enquanto figura frágil, delicada e para o casamento, não se atribuía à Bertoleza, visto que, sua condição social e racial não a permitia vivenciar tais experiências, pelo contrário, “sempre atrapalhada de serviço, sem domingo nem dia santo; essa, em nada, em nada absolutamente, participava das novas regalias do amigo”.

O enorme espaço que o trabalho ocupou na vida das mulheres negras, segue hoje um modelo estabelecido desde o início da escravatura. Como escravas, o trabalho compulsoriamente ofuscou qualquer outro aspecto da existência feminina. Parece assim, que o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras sob a escravatura começa com a apreciação do papel de trabalhadoras. (DAVIS 2013, p. 10)

Segundo Djamila Ribeiro (2017, p. 65), “Mulheres, sobretudo, negras, partem de pontos diferentes e consequentemente desiguais”. Enquanto a mulher branca luta contra o sexismo e para conquistar condições e oportunidades iguais aos homens (brancos), as

mulheres negras lutam contra o racismo e contra a opressão em razão do seu gênero, além das condições precárias de serviços. Nesse sentido, Interseccionalidade revela o que classe pode dizer de raça, da mesma forma que raça informa sobre classe, (Akotinere, 2019, p.50).

Nessa mesma perspectiva de Akotirene, a partir de raça, entende-se como classe e gênero são vividos. Concordamos com Ribeiro (2019) quando afirma: “o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”, dessa maneira, o lugar destinado à mulher Bertoleza na sociedade do Rio de Janeiro no século XIX, revela o quanto a categoria mulher é diversificada e, mediante as estruturas opressoras como racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, essa mulher negra é múltiplas vezes acidentada.

Bertoleza, mulher e negra, é destituída de toda feminilidade exigida, unicamente por ocupar um lugar social distinto daquele que era destinado à mulher burguesa, “Não foi você que a fez negra!” (AZEVEDO, 2018, p. 206) , “- Sou negra sim, mas tenho sentimentos!” (op.cit, p.196) tais trechos revelam o quanto gênero, raça e classe se entrecruzam e tornam essa mulher afro-brasileira a mais vulnerável na hierarquia social, graças à marginalização vivida devido ao fator de gênero, cor e classe.

A infeliz vivia num sobressalto constante; cheia de apreensões, com medo de ser assassinada; só comia do que ela própria preparava para si e não dormia senão depois de fechar-se a chave. À noite o mais leve rumor a punha de pé, olhos, arregalados, respiração convulsa, boca aberta e pronta para pedir socorro ao primeiro assalto. (AZEVEDO, 2018, p. 199).

A angústia e vigilância constantes de Bertoleza podem se verificar pela consciência de sua “frágil” existência dentro de um sistema opressor eurocêntrico, construído sob o viés de superioridade racial, o qual torna insalubre a existência de outros sujeitos. Assim, a condição de escravizada de Bertoleza, segundo o pensamento da época, transformava-a socialmente em mero objeto, destituído de qualquer direito básico. Sob essa construção ideológica do sujeito negro feminino, tal personagem nem ao menos se enquadraria em alguma das categorias do ser mulher, haja vista que a esta era necessário primeiramente restituir sua humanidade negada.

4 CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou uma análise do contexto sócio-histórico do Brasil no que diz respeito à condição da figura feminina na obra *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo. Tal análise foi realizada com base nos estudos femininos sobre interseccionalidade, desenvolvido por mulheres afro-descendentes.

Durante o processo analítico proposto, percebemos que existe um mito criado em torno da figura feminina, o qual a universaliza em apenas uma categoria: mulher. Todavia, essa universalização foi pautada sobre os parâmetros erguidos em torno da mulher de classe médio-alta, tida como a típica mulher frágil, recada e constituidora de uma família modelo conforme os parâmetros sociais. Além disso, esse mito desconsidera as singularidades e as necessidades das mulheres negras, principalmente em relação à luta contra o racismo. Conforme Djamila Ribeiro (2017),

Lélia Gonzalez também refletiu sobre a ausência de mulheres negras e indígenas no feminismo hegemônico e criticou essa insistência das intelectuais e ativistas em somente reproduzirem um feminismo europeu, sem dar a devida importância sobre a realidade dessas mulheres em países colonizados. A feminista negra reconhecia a importância do feminismo como teoria prática no combate às desigualdades, no enfrentamento ao capitalismo patriarcal e desenvolvendo buscas de novas formas de ser mulher. Entretanto, Gonzalez afirma que somete basear as análises no capitalismo patriarcal não dava conta de responder às situações de mulheres negras [...], pois, para a autora, faltava incluir outro tipo de discriminação tão grave quanto às outras citadas: a opressão de caráter racial. (RIBEIRO, 2017, p. 25)

Se levarmos em consideração o padrão do ser feminino, construído historicamente, que se aplica, no geral, à mulher burguesa, estaremos desconsiderando a feminilidade de outras mulheres, visto que, a condição feminina é diversificada e varia de acordo com a raça e a classe conforme explicitado na presente análise. Segundo a filósofa Djamila Ribeiro (2017) é importante atentarmos para as heterogeneidades que circulam essa categoria, para que não a pensemos de modo fixo e estável.

Nesse sentido, torna-se imprescindível a discussão sobre a interseccionalidade entre gênero, raça e classe a fim de se questionar as opressões historicamente estruturadas que marginalizam alguns sujeitos como a mulher negra, vítima de uma série de opressão interligada, como, racismo e sexism.

Sob essa ótica, é indispensável a atuação do movimento feminista negro, haja vista que este visa afirmar a identidade das mulheres negras como sujeitos políticos e portadores de voz para lutar contra os discursos hegemônicos construídos sobre as minorias ao longo dos anos. Em contrapartida, o feminismo hegemônico, segundo Ribeiro (2017):

Interessava, ali, a conquista de direitos para um grupo específico de mulheres, o que se perpetuou, durante muito tempo, mesmo quando

mulheres negras começaram a escrever sobre a invisibilidade da mulher negra como categoria política e a denunciar esse apagamento. (RIBEIRO, 2017, p. 25)

Logo, falar em mulher como se fosse uma categoria universal, não observando as desigualdades existentes entre elas, faz com que apenas parte desse ser mulher seja visto. A obra *O cortiço*, de Aluísio Azevedo traz claramente o esquecimento da mulher negra e de suas necessidades por meio da personagem Bertoleza, assim como as imposições e privilégios de ser uma mulher branca, elitizada por meio da personagem Zulmira, ratificando a ideia de que a categoria mulher é heterogênea, com vistas à intersecção entre gênero, raça e classe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTINERE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. 2^a ed. São Paulo: Ciranda Cultural, 2018.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 4^a ed. São Paulo: Difusão europeia de livro, 1970.

- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 2^a ed. São Paulo, 2002.
- BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências.** Maringá: Eduem, 2007.
- CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero.** Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> Acesso em: 25 de jun. de 2019
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEL PRIORY, Mary. **Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011
- DEL PRIORY, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial.** 2^a ed. São Paulo, 2003.
- D'INÇÃO, Maria ângela. **Mulher e Família Burguesa.** In: História das mulheres no Brasil. Organização: Mary Del Priory. São Paulo: Contexto, 2004.
- DUARTE, Constância Lima. **Estudos avançados.** Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Belo Horizonte, 2006.
- HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher: mulheres negras e feminismo.** 1^a ed. Rio de Janeiro: Tradução livre para a Plataforma Gueto, 2014.
- MOISÉS, Massaud. **Literatura Portuguesa.** São Paulo: Cultrix, 2001.
- MICHELLE, Perrot. **Minha história das mulheres.** tradução Angela M. S. Côrrea]. — São Paulo : Contexto, 2012.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.
- SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis, vozes, 1976.
- SAFFIOTI, Heleith I.B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.
- SOIHET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano.** In: História das mulheres no Brasil. Organização: Mary Del Priory. São Paulo: Contexto, 2004.

ZOLIN, Osana Lúcia. **Critica Feminista**. In: BONICCI, Thomas, ZOLIN, Osana Lúcia. Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: EUEM. 2005.